

Credores só esperam propostas concretas para a renegociação

Cerca de sessenta representantes de bancos estrangeiros reuniram-se ontem, no Rio, no Club Americano, para discutir as perspectivas das negociações da dívida externa brasileira neste e nos próximos anos. Segundo fontes presentes ao encontro, há uma "verdadeira ansiedade" por uma retomada de negociações visando ao reescalonamento da dívida a longo prazo: "Basta, para isto, que o País ofereça uma proposta concreta, um programa coerente, e não se prenda a questões semânticas ou à dialética da oposição", disse um deles ao editor Reginaldo Heller.

Em São Paulo, o representante do Midland Bank — um dos maiores credores do Brasil —, Donald Pearson, considera "aceitável" o enfoque da renegociação para 1984 e diz que a questão não se prende aos bancos "quererem ou não", mas sim ao fato de "ter-se de segurar a liquidez do Brasil, pois o interesse é mútuo. Não vejo como os bancos podem evitar esta renegociação", argumentou ele à editora Patri-
cia Saboia.

O presidente em exercício da Federação Brasileira dos Bancos (Febraban), Pedro Conde, resume a posição do Midland em duas frases: "A coisa é

muito simples, se não nos derem condições e custo compatíveis, não dá para pagar".

O diretor do Banco Safra, Carlos Alberto Vieira, disse no Rio, ao repórter Johnson Santos, que o Brasil não resolverá seus problemas externos se não conseguir dos banqueiros internacionais um prazo de pelo menos vinte anos para pagar a dívida.

Ele concorda com Pedro Conde ao afirmar que o problema não se resume aos prazos; será necessário negociar a questão dos juros: "Os banqueiros internacionais terão de arcar com algum prejuízo na solução da crise cambial brasileira. Certamente, será muito difícil fazê-los aceitar um acordo de taxas fixas, mas, também, não é possível chegar a uma reprogramação aceitável na base de taxas flutuantes, sobretudo no nível em que estão".

Em sua opinião, as negociações devem encaminhar-se para um tipo de taxas de juros relacionado com a inflação mundial. As flutuações, dessa forma, seguiriam o curso das oscilações efetivas de custos nas economias dos países credores. Se isso não for possível, continuou, teremos de pensar em algum tipo de

subsídio aos juros, "que poderia ser a concessão de prazos muito mais largos para o pagamento do principal, talvez de trinta anos. O certo é que não vejo como o Brasil possa equacionar a dívida sem uma nova regra de juros", frisou.

O professor Décio Garcia Munhoz, da Universidade de Brasília, defendeu a renovação automática dos empréstimos por dois anos, de modo a cobrir as prestações de juros que forem vencendo. Nesse meio tempo, o Brasil discutiria com os bancos uma solução para baixar as taxas de juros, dos atuais 17% para algo entre 5 e 8%, além de prazos mais longos para a quitação dos débitos. Em debate promovido pela Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados, o professor Munhoz lembrou que os bancos credores estão interessados em encontrar uma solução para o pagamento da dívida.

ESTRANHEZA

Mas nenhum dos seis representantes de bancos estrangeiros ouvidos pelo repórter William Salazar, em São Paulo, tinha ontem qualquer confirmação de suas matrizes sobre propostas concretas, já elaboradas, por parte do Brasil. Salientaram que o trabalho de levantamento das necessidades de recursos ainda

nem terminou, daí alguns deles terem, inclusive, estranhado os números divulgados pelo ministro Galvões, da Fazenda.

"Até agora estávamos falando de US\$ 4,8 bilhões em dinheiro novo para 1984, e não sei como subiu para Cr\$ 5,5 bilhões assim de repente", questionava um deles. Outro contestou os US\$ 3,6 bilhões do jumbo proposto para fechar as contas deste ano, pois "seriam necessários de US\$ 4,2 bilhões a US\$ 4,5 bilhões".

Outro credor frisou que os bancos "vão querer tudo muito detalhado, desta vez", o que significa saber "como está a situação do País hoje, onde pretende chegar e as projeções do fluxo de caixa".

A inclusão de "mais participantes nesse jogo", defendida por muitos, significa a necessidade de entrada dos bancos que não entraram no primeiro empréstimo jumbo e, ainda, de instituições multilaterais de crédito. Um dos banqueiros foi categórico: "Cada banco central tem de apertar os bancos de seu país para participarem desta vez. O sucesso da renegociação vai depender de até os bancos centrais e ministérios de finanças conseguirem a colaboração desses bancos".